



VIAGEM NO TEMPO

HOSPITAL CENTRAL
DA MARINHA E CENTRO
DE PERÍCIAS MÉDICAS DA
MARINHA: PASSADOS,
PRESENTES E PERENES



CMG (RM1-Md) Regis Augusto Maia Frutuoso *1
CF (RM1-Md) Gláucia Regina Dantas Ferreira*2

Um passeio histórico pela cidade do Rio de Janeiro, atravessando os tempos heroicos da Saúde Naval. Esta proposta tão pitoresca começa por descortinar os primórdios da Medicina Naval no Brasil. Tempos estoicos de muitas doenças, que aqui chegavam por embarcações insalubres para os padrões de hoje. Marinheiros doentes era coisa corriqueira, e a morte de um deles era evento frequente.

Diante deste preocupante cenário, a construção de hospitais pela portuguesa Irmandade da Misericórdia parecia uma solução eficaz: essa foi a origem do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Entretanto, apesar de muito procurado por necessitados, não conseguia oferecer um bom atendimento aos militares. Daí, surgiu o Hospital da Guarnição das Naus, que logo passou a ser temido pela população como uma fonte de doenças pelos miasmas.

Assim, fez-se necessário a transferência para o ex-colégio dos jesuítas, localizado no, hoje inexistente, Morro do Castelo, sendo denominado Hospital Militar da Corte, local onde, em 1808, foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica.

Entre as fortalezas da Ilha das Cobras, após a extinção

do Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, surgiu o Hospital Imperial da Marinha da Corte, em 1834.

Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, o hospital passou a ser denominado Hospital da Marinha da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, Hospital da Marinha do Rio de Janeiro. Finalmente, em 1913, passou a ser chamado Hospital Central da Marinha (HCM).

O Imperador D. Pedro II, então, determinou a realização de Inspeções de Saúde (IS) nos admitidos aos quadros efetivos e, assim, a atividade médico-pericial na Marinha do Brasil (MB) teve sua origem mais remota.

No HCM, a perícia médica constituía um Departamento que coordenava as Juntas de Saúde (JS). Com a crescente importância das atividades médico-periciais,

surgiu a necessidade da criação de uma organização militar para centralizá-las e coordená-las. O Centro de Perícias Médicas da Marinha (CPMM) chega ao século XXI imponente, e lança-se ao futuro como um moderno sensor de saúde dos homens do mar, missão grandiosa que honra a nobre origem da instituição secular de saúde naval, reconhecida por padrões de excelência na perícia médica.

PRIMÓRDIOS DA MEDICINA NAVAL

Portugal, após o descobrimento do Brasil, somente veio a preocupar-se com a sua colônia quando percebeu que outros países cobiçavam suas riquezas. Até então, consagrava-se às proveitosas conquistas da Índia e do Oriente, pouca atenção dispensando às suas terras americanas.

Em 1531, fundeava no Rio de Janeiro a Armada de Martin Afonso de Sousa, que vinha iniciar a colonização sistemática do Brasil, com defesas móveis (forças navais), defesas fixas (tropas de terra) e defesas permanentes (fortificações).

Em 1552, Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, maravilhou-se com as belezas naturais do Rio de Janeiro, conforme revela em carta ao rei, recomendando que aqui se fizesse “uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa são muitos os franceses [...]”. Somente a partir de então, forças militares e seus navios de guerra partiam de Lisboa para ocupar militarmente o Brasil e, assim, defender a colônia de possíveis invasores.

Desde essa época, o Brasil sempre foi um país com alta incidência de doenças que, na maioria das vezes, eram introduzidas no País pelos próprios colonizadores. Os tripulantes dos navios geralmente chegavam bastante doentes, após longas travessias. Viajavam em embarcações sem qualquer conforto e com enorme dificuldade na estocagem de água potável e alimentos, o que facilitava a propagação de doenças.

Para exemplificar a magnitude das epidemias que atingiam a gente do mar em 1582, aportou no Rio de Janeiro uma esquadra espanhola comandada por Diogo Flores Valdez com aproximadamente 3.000 homens, sendo inúmeros os enfermos graves que precisavam de assistência imediata. O problema é que não existia um hospital e, naquele tempo, toda doença grave, de caráter epidêmico, era designada pelo nome genérico de peste; assim, muitos registros da época mencionam a morte causada por peste.

A Coroa portuguesa, preocupada com a preservação da saúde dos militares das Forças de Terra e Mar,

autorizou a construção de hospitais para proporcionar aos enfermos condições de recuperação do estado de saúde.

Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1582)

Portugal autoriza a construção do hospital pela Irmandade da Misericórdia. O padre José de Anchieta desempenhou um papel importante nesse marco histórico, pois, com o auxílio da população e com a Confraria dos Irmãos da Misericórdia, foi possível construir um local adequado para que os doentes fossem abrigados e tratados. Lá eram atendidos a população carente, os soldados, os marinheiros das guarnições das naus de guerra, inclusive de outros países, e presos. Por tais serviços, a Fazenda Real contribuía com numerário. Marinheiros estrangeiros adoentados, que aqui aportavam, eram tratados graças a uma pequena taxa cobrada dos navios que atracavam.

Mendigos e escravos constituíam um grande número de necessitados que procuravam o hospital da Santa Casa, dificultando um bom atendimento aos militares. Havia, dessa forma, necessidade de um local próprio onde eles e suas famílias pudessem ter tratamento adequado. A Coroa portuguesa, como dever de Estado, tinha que cuidar da saúde de seus servidores, cada vez mais fazendo-se necessário um hospital próprio para as forças militares.

Hospital da Guarnição das Naus (1727)

Em 1727, passaram os militares doentes a ser atendidos e internados em um prédio próximo ao Morro de São Bento – Hospital da Guarnição das Naus – localizado na rua do Quartel da Armada, hoje Beco do Bragança. Este local também foi considerado impróprio, pela inexistência de ventos favoráveis, por estar cercado de muitas casas que o tornava extremamente abafado, além da vizinhança que o acusava de fonte de doenças. Passou-se, então, a estudar um novo local para acolher os militares.

Hospital Real Militar e Ultramar - Hospital Militar da Corte (1769)

Os motivos acima expostos e a necessidade de instalações maiores fizeram com que, no início de 1769, os militares das duas Forças (Terra e Mar) e seus familiares doentes fossem assistidos no ex-colégio dos jesuítas, no hoje arrasado Morro do Castelo, estabelecendo-se o Hospital Real Militar e Ultramar, também conhecido como Hospital Militar da Corte.

O prédio em que passou a funcionar o hospital militar foi construído em 1567 pelos padres da Companhia de Jesus, que ali mantiveram o colégio até 1760, ano em que foram expulsos do Brasil e os seus bens confiscados pelo governo, sendo transformado em dependência da Santa Casa de Misericórdia, para o recolhimento de militares doentes e, mais tarde, em hospital militar, propriamente dito.

Os padres da Companhia de Jesus foram, no começo da vida desta cidade, os médicos de nossa terra. A farmácia dos jesuítas era magnífica, pois possuía todas as espécies de remédios da época, acrescidas de ervas brasileiras, cujo poder terapêutico haviam aprendido com os índios.

Os militares inválidos necessitavam de local próprio, então o Vice-Rei, Conde de Resende, em 1794, estabeleceu uma casa para abrigá-los. Atualmente não mais existe, permanecendo apenas o nome do local da instituição, numa rua no Centro do Rio de Janeiro – Rua dos Inválidos.

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a Família Real portuguesa com seu séquito de 16.000 almas de todas as classes sociais e quase toda a Marinha Real portuguesa para aqui se estabelecer, enquanto perdurasse, por lá, a ocupação pelo exército de Napoleão. A permanência de D. João VI no Brasil, como Príncipe Regente e como Rei, foi prolongada: 13 anos, mas, para o Brasil foi benéfica. O País passou a ser sede do governo e, no caso particular do hospital militar, houve muitos benefícios com a nova situação.

No hospital militar, em 5 de novembro de 1808, é fundada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica – o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1828, é sugerida a transferência do Hospital Militar da Corte para outro local por motivos diversos: dificuldade



Ponte Almirante Araldo Luz

de locomoção, ventos excessivos vindos do mar, além de odores fétidos insuportáveis, trazidos pela maré.

Hospital Imperial de Marinha da Corte (1834 - 1889)

Hospital da Marinha da Capital Federal (1889)

Hospital da Marinha do Rio de Janeiro (1890 - 1913)

Hospital Central da Marinha (1913)

A denominação Ilha das Cobras originou-se da abundância de ofídios nesse território granítico e com muita vegetação. A primeira fortificação da ilha teve o nome de Fortaleza de Santa Margarida. Posteriormente, foram construídas novas fortificações: Forte de Santo Agostinho e Fortaleza do Pau da Bandeira. Em 1761, o complexo formado pelas três fortificações recebeu o nome de Fortaleza do Patriarca de São José da Ilha das Cobras.





Em 1831, a fortaleza passou a denominar-se Fortaleza da Ilha das Cobras. Nessa fortaleza ficava encravada a Capela de São José e nela estiveram presos alguns participantes da Inconfidência Mineira: o alferes Tiradentes, o poeta Tomás Antonio Gonzaga, o padre Carlos Correia de Toledo, o coronel Ignácio José de Alvarenga Peixoto e outros que conheceram as masmorras da ilha das Cobras.

Atualmente, a parte central e alta da ilha é ocupada pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Hospital Central da Marinha, Centro de Perícias Médicas da Marinha e o Presídio Naval. Os fuzileiros navais ocupam a ilha desde 1809, quando ali se instalou a Brigada Real de Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais.

A parte baixa da ilha é ocupada pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o qual desde a década de 1930, esteve destinado à construção, manutenção e reparo de navios e submarinos. Ainda na parte baixa, localiza-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e o Edifício Almirante Gastão Motta (Palácio da Intendência), com suas várias Diretorias especializadas na área de Intendência da Marinha. A ilha está separada do continente por um canal de 110 metros de largura e 15 metros de profundidade.

Em 1913, foi inaugurada a ponte pênsil Almirante Alexandrino de Alencar fazendo a ligação da Ilha das Cobras com o continente. Raros veículos conseguiam atingir a ilha mediante o grande e moroso transportador – o minhocão – que deslizava apenso à estrutura metálica da ponte, hoje desaparecida. Em 1930, foi inaugurada a ponte Almirante Arnaldo Luz, para substituir a antiga Almirante Alexandrino de Alencar, que

sofrera um importante desgaste pela maresia.

A posse definitiva da ilha, para a Fazenda Nacional, ocorreu em 7 de novembro de 1910. O então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, obteve dos monges da Ordem dos Beneditinos a escritura de desistência de quaisquer e possíveis direitos sobre a Ilha das Cobras.

Por todos os fatos já narrados, a extinção do Hospital Militar da Corte do alto do Morro de Castelo resultou na criação de um novo hospital para os militares da Armada e do Corpo de Artilharia da Marinha na Ilha das Cobras, nas dependências da Fortaleza de São José.

As atividades médicas, agora já como Hospital Imperial da Marinha da Corte, tiveram início em março de 1834, adequando seu funcionamento às novas necessidades de atendimento da Família Naval.



Em 1849, é nomeado Cirurgião-Mor da Armada Nacional e Imperial e primeiro Diretor de Saúde Naval, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, patrono do Corpo de Saúde da Marinha.

Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, passa o hospital a ser denominado Hospital da Marinha da Capital Federal e, em 25 de setembro de 1890, a Hospital da Marinha do Rio de Janeiro.

Em 1890, o Almirante Wandenkolk, primeiro ministro da Marinha no novo regime político, além de atualizar o regulamento que regia esse hospital, dando-lhe condições de desempenhar com mais eficácia a finalidade para a qual foi criado, expediu o Decreto nº 683 de 23/8/1890, regulamentando o Corpo de Saúde da Armada.

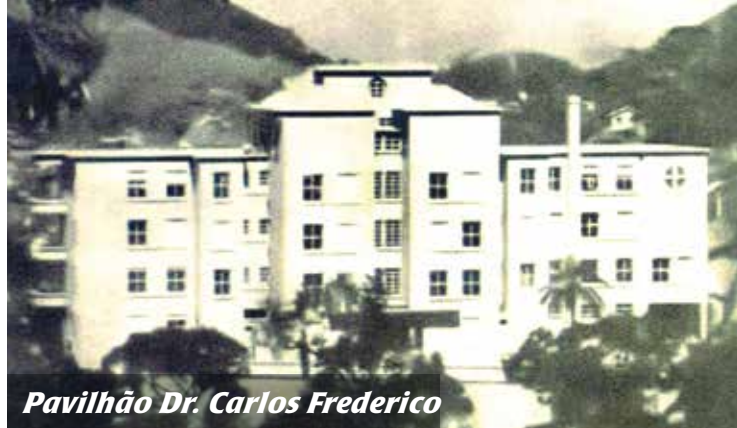
Em 1893, durante a Revolta da Armada, o Hospital da Marinha, então encravado na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, estava numa posição predominantemente estratégica e deixou de ser hospital para transformar-se em praça de guerra. Nesse período, os doentes eram evacuados para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e para as enfermarias do Exército.

Na noite de 23 para 24 de novembro de 1910, dá-se a revolta dos marinheiros contra os castigos corporais, conhecida como Revolta da Chibata, e em 9 para 10 de dezembro do mesmo ano, ocorreu o levante do Batalhão Naval. Estes dois conflitos causaram grandes danos ao hospital, sendo necessária a remoção dos pacientes para a antiga Enfermaria de Copacabana, que se achava abandonada desde a transferência dos beribéricos para o Sanatório Naval de Nova Friburgo.

Em 1913, o Hospital da Marinha do Rio de Janeiro passa então a denominação de Hospital Central da Marinha e tinha capacidade para acolher 271 doentes. A perícia médica, que coordenava os trabalhos das diversas juntas de saúde, constituía um Departamento em seu organograma.

A partir de 2 de janeiro de 1918, o serviço hospitalar da Armada passou a ser auxiliado por dez Irmãs da Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, nos serviços das enfermarias, na manipulação dos medicamentos, escrituração, lavagem de utensílios e roupas hospitalares, além de apoio religioso aos doentes. Atuaram como enfermeiras até 1978.

Em setembro de 1918 surgem os primeiros casos brasileiros da pandemia conhecida como gripe espanhola. Quatro marinheiros de um navio de guerra brasileiro adoeceram em Dakar, no Senegal, retornando ao Brasil e sendo internados em Recife. No Rio de Janeiro, os primeiros casos na Armada ocorreram no dia



Pavilhão Dr. Carlos Frederico

9 de outubro de 1918, a bordo do encouraçado Minas Gerais. Os doentes do Hospital, portadores da gripe espanhola, foram transferidos para a Enfermaria de Copacabana e Sanatório de Nova Friburgo. A propagação da gripe foi assustadora: três dias após os primeiros casos, já se contabilizava 732 militares doentes e, no dia seguinte, 838.

Durante a epidemia adoeceram médicos, farmacêuticos, enfermeiros e irmãs de caridade. No Brasil, a gripe espanhola faria a mais ilustre vítima em janeiro de 1919: o presidente da República Rodrigues Alves.

Por outro lado, casos de outras doenças infecciosas, principalmente a tuberculose, aumentavam gradativamente, e as dependências do Sanatório Naval de Nova Friburgo e a enfermaria de isolamento do HCM já não comportavam mais esses pacientes.

Assim, em 1940, o então Ministro Vice-Almirante Aristides Guilhem resolveu comprar um terreno anexo ao Instituto Naval de Biologia, no bairro Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, e nesse local construiu o Pavilhão Dr. Carlos Frederico, que representava o “estado da arte” em instalações destinadas aos pacientes portadores de tuberculose pulmonar em estado avançado. Recebeu essa denominação em homenagem ao último chefe do Corpo de Saúde da Armada Imperial. Assim, nascia o embrião do futuro Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).

Ao longo do tempo, foram criados novos serviços, clínicas e enfermarias, constituindo-se no maior hospital da Marinha do Brasil, até a inauguração do HNMD em 8 de fevereiro de 1980.

O HCM, além das suas atividades assistencial e pericial, a partir de 1978, desenvolveu a Medicina Operativa, que passou a coordenar todos os setores operativos de saúde da MB, nas áreas de Medicina de Operações Navais de Superfície, Aérea, Submarina, Anfíbia e de Defesa Nuclear, Química e Biológica.

Em junho de 1998, o HCM passou à subordinação da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória e, em outubro do mesmo ano, ao Centro Médico Assistencial da Marinha.



Em 9 de maio de 2006, o Comandante da Marinha, pela Portaria nº 107/2006, passa o HCM à subordinação do CPMM, atuando essencialmente em apoio ao Subsistema Médico-Pericial.

A história da Perícia Médica na Marinha do Brasil remonta ao século XIX, com a criação do Hospital Imperial de Marinha da Corte, instalado nas dependências da Fortaleza de São José, por meio de Decreto de 3/3/1837. As atividades médicas eram, entretanto, limitadas ao atendimento das necessidades da Família Naval. Há registros, contudo, de que médicos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro realizavam inspeções de saúde de ingresso e controle de saúde de seus empregados por determinação do Imperador D. Pedro II.

Perante a crescente importância da Perícia Médica no âmbito do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), a Alta Administração Naval constatou a necessidade da criação de uma Organização Militar que coordenasse o Subsistema Médico-Pericial do SSM. Assim, foi criado o CPMM, pela Portaria Ministerial nº 184, de 16/3/1995, cuja ativação ocorreu em 17/4/1995, sediado no Pavilhão Dr. Soares Meirelles, no Complexo do HCM.

Desde a criação do CPMM, observa-se um avanço notável tanto em relação à modernização das instalações físicas, na implantação de um Sistema Pericial informatizado em todos os níveis, bem como no que concerne à consciência dos médicos quanto à identificação das doenças e das restrições físicas impostas por estas.

A informatização também proporciona, além de uma maior velocidade na fase processual da perícia, administrativamente desejável, um sensor epidemiológico por excelência, pela riqueza de informações arquivadas no banco de dados, gerando grandes benefícios à Família Naval.

Hoje, o CPMM desempenha o importante papel na higidez e no preparo do profissional do mar, cumprindo com afincos seu lema: “Aqui se faz a prevenção do homem do mar!”

CONCLUSÃO

Ao fim de uma viagem, que começou com o Brasil ainda colônia de Portugal e se projetou ao século XXI, com o País em posição de crescente destaque nos organismos internacionais, a sensação primeira é a certeza de que se navega em boas rotas. ■

REFERÊNCIAS

1. Bielinski AC. Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha; 2002.
2. de los Rios Filho AM. O Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: UniverCidade; 2000.
3. Scavandra L. Hospitais navais – história. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; 1969.
4. Gerson B. História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lacerda; 2000.
5. Maia GD. A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão. Rio de Janeiro. Editora Atheneu; 2009.
6. Edmundo L. O Rio de Janeiro do tempo dos vive-reis: 1763-1808. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional; 1932.
7. Sarthou C. Relíquias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica; 1961.
8. Silva-Nigri CM. A Ilha das Cobras e suas fortalezas: resumo histórico documentado. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha; 1988.
9. Ermakoff G. Juan Gutierrez: imagens do Rio de Janeiro, 1892-1896. Rio de Janeiro. Marca d'Água; 2001.
10. Greenhalg J. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1763-1822. Rio de Janeiro: A Noite; 1951.
11. Vianna, LF. Rio de Janeiro: imagens da aviação naval, 1916-1923. Rio de Janeiro: Argumento; 2001.
12. Beloch I, Fagundes LR, coordenadores. Da Caixa Montepio à Previ: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina. Rio de Janeiro: Memória Brasil; 2004.
13. Cardoso ED, Vaz LF, Albernaz MP, Aizen M, Pechman RM. Copacabana. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; 1986 (História dos bairros. Memória urbana).
14. Arêa J. 50º aniversário de fundação do Sanatório Naval em Nova Friburgo, 1910-1960. Rio de Janeiro: Graf. Nova Friburgo; 1960.
15. Toniolo Neto J. A História da gripe – a influenza em todos os tempos e agora. São Paulo: Dezembro Editorial; 2001.
16. Frutuoso RAM, Ferreira GRD. Síndromes febris na Marinha do Brasil do século XIX: fatos e curiosidades históricas. Arq Bras Med Naval. 2018 jan/dez; 79(1):6-15.
17. Drummond MC. Medicina Operativa. O Periosteuta. 1984; (1):1-14.
18. Recordando (em homenagem à Irmã Tereza). Marinha Rev. 1951; jan/fev;4(44):8.

*1 – Auditor Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha, Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar

*2 – Auditora Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha.